PAULO MENESES, *Universidade e diversidade*. Coleção NEAL, 2 (UNICAP), Recife. FASA Editora, 2001, 207 p.

A louvável prática editorial de reunir em volume textos importantes de algum autor dispersos em várias publicações, e muitas vezes de difícil acesso, estava a ser reclamada insistentemente pelos amigos de Paulo Meneses e conhecedores da sua produção filosófica. Essa justa demanda acaba de ser satisfeita quando os membros do Conselho Editorial da NEAL (Núcleo de Estudos para a América Latina), pólo de apoio na Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) da AUSJAL (Rede de Universidades Jesuítas da América Latina), obtiveram de seu Presidente anuência para que fossem reunidos em livro seus textos mais significativos.

Aí está, pois, esse elegante volume, em excelente apresentação gráfica, permitindo ao leitor uma visão de conjunto do pensamento de Paulo Meneses em três tópicos que são referências essenciais da sua reflexão: o problema cultural da Universidade, o problema antropológico da cultura e o problema politológico do Estado moderno e de seus desafios no alvorecer do novo milênio. O livro termina com o belíssimo e estimulante capítulo “Os

Horizontes da Esperança”, uma palavra de sereno otimismo nesse turbilhão que nos arrasta para novas e inquietantes situações e conjunturas. Nele, Paulo Meneses resgata com sugestões concretas e de evidente atualidade o *desideratum* bergsoniano do *supplément d'âme* que ficou perdido nas páginas hoje esquecidas de *Les deux sources de la Morale et de la Religion* (1932).

Paulo Meneses não necessita apresentação. Nas poucas linhas com que tive o prazer de estar presente no seu livro (pp. 7-8), tentei exprimir antes minha admiração pela personalidade e pela obra de um velho amigo cujos passos venho acompanhando desde a década de 40. Mas fiz questão de pôr em relevo o lugar importante que Paulo Meneses ocupa indiscutivelmente na bibliografia filosófica brasileira contemporânea pelas suas magistrais traduções de Hegel e pelos seus outros escritos, entre eles os textos aqui reunidos. Esses oferecem, de resto, ao leitor atento, ocasião privilegiada para admirar nos seus frutos um dos mais significativos eventos intelectuais da história contemporânea da filosofia entre nós: o encontro, há algumas décadas, de Paulo Meneses com o pensamento de Hegel. Encontro tornado possível não só pela sensibilidade intelectual de Paulo

Meneses, mas também pela sua extraordinária preparação humanística, filosófica, científica, em suma, enciclopédica, como a do velho mestre de Berlim. Esse encontro, e a conaturalidade logo revelada entre o *modus cognoscendi* dos dois filósofos, permitiu a Paulo Meneses exprimir, já agora instrumentada tecnicamente pela dialética hegeliana [ver o magistral capítulo “Hegel como mestre de pensar” (pp. 65-77)], uma das intuições geradoras de seu pensamento, versão dialética e essencialmente dinâmica do velho dilema germinal do *uno* e do *múltiplo*, do qual nasceu a Metafísica e que Parmênides imobilizara na ontologia tautológica do Eleatismo: a intuição da mútua imanência da unidade e da diversidade, da diversidade diferenciando e, portanto, enriquecendo a unidade, e da unidade mantendo a diversidade nos vínculos das relações inteligíveis. Essa

a chave dialética que nos permite captar a significação mais profunda do pensamento de Paulo Meneses sobre a Universidade, a Cultura, a Sociedade e o Estado. Introduzidos por essa chave, poderemos admirar toda a riqueza conceitual e receber os estímulos teóricos dessa importante coleção de ensaios. Só nos resta convidar o leitor da *Síntese* a fazer essa rara experiência intelectual. Temos certeza de que se sentirá plenamente recompensado.

O livro de Paulo Meneses pode ser pedido a AUSJAL, Comissão Editorial, Rua do Príncipe 526, Boa Vista, Bl. A. Sala 611, CEP 50050-900 Recife, PE; e-mail: cedit@unicap.br.

Henrique de Lima Vaz
CES – BH

JOÃO BAPTISTA HERKENHOFF, *Fundamentos de Direito*, Rio de Janeiro: Forense, 2000, 295 p.

Este livro foi concebido com o objetivo de servir de manual para a cadeira que visa oferecer noções básicas dos diversos ramos do Direito em outros cursos de graduação, tais como Economia, Ciências Contábeis, Administração etc.

A obra serve bem a esse fim, pois apresenta uma boa noção panorâmica do Direito, proporcionando ao leitor o primeiro contato com muitos dos principais institutos jurídicos, bem como sua familiarização com o vocabulário técnico-jurídico, o que é essencial para um futuro aprofundamento no conhecimento do Direito, ou até mesmo para a simples orientação nas suas relações jurídicas cotidianas.

Entretanto, esse livro acaba tendo um alcance que extrapola em muito esse modesto objetivo: trata-se de uma ex-

posição apaixonada de um jurista consciente das limitações do Direito, mas que de forma alguma se deixa acomodar no ceticismo, militando pela divulgação do conhecimento jurídico, a fim de possibilitar a integração no discurso jurídico daqueles que ficariam talvez alheios a questões jurídicas que atinem diretamente a suas vidas, mas que em geral são monopolizadas por *experts*.

Ele proporciona um arcabouço de elementos básicos ao desenvolvimento da cidadania, consistindo em um chamado à participação nas instituições jurídico-políticas, ao menos através da conscientização do papel do cidadão comum nas mesmas, que não pode simplesmente permanecer à margem e como objeto do poder, ou, como se diz, “servir apenas de *massa de manobra*”, tendo em vista que isso acaba por agredir sua própria condição humana.

O autor não esconde sua visão *revolucionária* do Direito: é uma brava de-

monstração de coragem do autor sua aversão declarada ao positivismo jurídico ou a qualquer postura dogmática, para falar em termos mais genéricos, que, seja de forma explícita ou velada — esta mais comum atualmente —, ainda reina absolutamente tanto na teoria quanto na aplicação prática do Direito, tradicional e conservador *por excelência*. Percebe-se que ele não deixa ferir sua consciência moral e seu engajamento social por consagrados ícones do Direito, cuja constatação ou, pior ainda, *aplicação*, muitas vezes tanto dor provoca aos mais sensíveis, que se crêem, porém, impotentes.

Tal posicionamento transparece, por exemplo, no seguinte extrato do texto:

“O juiz é autônomo na interpretação e aplicação da lei, escravo apenas da própria consciência.

A fim de contribuir para o progresso do Direito e a realização da Justiça, rechaçará o juiz a jurisprudência dominante e até mesmo súmulas do Supremo Tribunal”¹.

Na parte de Direito Constitucional e de Direito Civil, o autor procura contextualizar a norma jurídica no momento histórico de sua produção, com o intuito de estimular a busca por uma compreensão mais ampla do fenômeno *sócio-jurídico*, cuja complexidade não raro é ignorada por juristas que se recusam a admitir que são inerentes a esse fenômeno a mutabilidade e, às vezes, até contradições insolúveis, numa vã tentativa de abstração simplificadora do mesmo.

O método de exposição da estrutura do texto da Constituição Federal de 1988, apresentando sua composição primei-

ramente em títulos e capítulos, facilita a compreensão de conjunto da lei, das categorias a que se subsumem as diversas normas nela inseridas, o que é, sem dúvida, mais importante do que uma enfadonha enumeração exaustiva de suas partes, pela transcrição literal de seus artigos.

O autor descreve alguns dos piores problemas de nossas instituições jurídicas, tal como o da tortura de presos por policiais, apesar de vivermos sob a égide de uma Constituição democrática, que repele cabalmente essa prática tolerada em outros tempos. Face a essa realidade, o autor mostra-se inconformado, mas esperançoso na sua mudança, recusando-se a uma supostamente neutra atitude teórica que ignorasse tal fato.

Ele aponta caminhos para a superação dos obstáculos à realização da justiça e para o aprimoramento de nossas instituições, ilustrando-os com medidas tomadas por ele próprio na sua experiência profissional, principalmente na condição de juiz de direito. Essa postura do autor certamente abala o *status quo* do Direito, incomodando profundamente aqueles profissionais que se escondem atrás da insuficiência ou ineficácia das leis para fugir à sua própria consciência moral.

Demonstra estar na vanguarda do Direito sua defesa da prevalência do direito de moradia sobre o direito de propriedade, hoje não mais absoluto, mas sim condicionado ao cumprimento de uma função social². O fato de ser esta uma posição minoritária, tanto nos nossos Tribunais quanto na doutrina, não impede que o autor expresse sua opinião em consonância com os ditames de sua consciência.

Ora, se as vozes minoritárias se calarem sempre e continuarem ressonando

¹ JOÃO BAPTISTA HERKENHOFF, *Fundamentos de Direito*, Rio de Janeiro: Forense, 2000, 33.

² Cf. HERKENHOFF, *op. cit.*, 130.

o eco de posicionamentos consagrados, jamais ocorrerá o progresso do Direito, pois é a contradição que impulsiona sua evolução. Defeitos não evidenciados, dificilmente são corrigidos.

O autor tenta, ainda, tornar agradável o ensino jurídico, ao indicar livros e filmes com temas conexos aos estudados, a fim de ilustrar, aprofundar a discussão e, sobretudo, despertar o interesse do aluno para complementar sua própria aprendizagem³.

A linha sociológica do Direito, adotada pelo autor, é evidenciada ao longo de toda a obra, mas apresenta-se inequivocamente na sua afirmação de que *é o Direito que deve se ajustar à vida, e não a vida ao Direito*⁴. Há que se ressaltar, porém, a necessidade de uma análise mais cuidadosa dessa afirmação, em face do risco de ser a mesma tomada sem mais como palavra de ordem, o que pode ter conseqüências funestas. A propósito desse assunto, muito já se debateu no Direito, sendo interessante ao leitor conferir o teor dessas discussões.

Em matéria de Direito do Trabalho, destaca-se, em especial, na minha opinião, a análise que o autor faz das causas sócio-econômicas do acidente de trabalho. Ele cita fatores tais como a má alimentação do trabalhador, conseqüência de baixos salários, e o desequilíbrio emocional, originado na relação de trabalho cruel que privilegia a eficiência do capital em detrimento do valor humano do trabalho, fatores estes que, dentre outros, prejudicam os reflexos físicos do empregado no serviço, expondo-o ao perigo do acidente.

De fato, a lógica perversa do capital é incapaz de proporcionar ao trabalha-

dor a satisfação e o prazer que deveriam estar associados ao trabalho, pois nela o ser humano é mero instrumento, exatamente na contramão do que advertia Kant, de que o homem é *fim em si mesmo*, jamais devendo ser tratado como meio, com o que se destruiria sua *dignidade moral*⁵.

Sempre que o autor tem oportunidade, retoma fatos ocorridos no Brasil da ditadura militar pós-64, aos quais os juristas dogmáticos não costumam dar atenção alguma, como, por exemplo, a atuação de agentes repressores infiltrados em sindicatos⁶. A lembrança de fatos como esse é importante para que não se ponha uma pedra em cima desse período, como se não tivesse existido, mas cujos horrores devem ser sempre lembrados, por mais desagradável que isso pareça, para o conhecimento das gerações mais novas, no intuito de evitar sua recorrência, sempre perigosa em tempos de crise.

O presente livro serve também aos professores de Direito interessados em renovar sua didática, pois o autor sugere uma série de atividades complementares bastante interessantes e criativas. Isso contribui para o aprimoramento do ensino jurídico, tradicionalmente centrado na exposição unilateral e não-interativa do professor, onde o aluno ocupa papel passivo e é direcionado ao estudo individual. O autor incentiva o aluno a participar na *construção* do conhecimento, a se envolver ativamente no processo de aprendizagem, e a não se condenar a ser mero repetidor de ciência.

A sentença criminal, no âmbito do Direito Criminal, como o autor prefere

³ Cf. HERKENHOFF, *op. cit.*, 117.

⁴ Cf. HERKENHOFF, *op. cit.*, 136.

⁵ IMMANUEL KANT, *Fundamentação da metafísica dos costumes*, Lisboa: Edições 70, 1995, 77.

⁶ HERKENHOFF. *op. cit.*, 194.

designar o Direito Penal, não pode ser a conclusão de um frio silogismo de lógica formal, mas implica, pelo contrário, necessariamente uma série de juízos de valor reciprocamente concatenados. Ora, a relevância dessa valoração tem em vista o fim maior da norma jurídica, que é a realização do justo.

O autor, poeticamente, assim expressa sua visão do Direito Criminal: “*um Direito Criminal capaz de ouvir as dores do mundo e debruçar-se sobre as angústias do ser humano*”⁷.

Talvez as palavras inspiradas de Beccaria, em *Dos delitos e das penas*, pudessem parecer à sociedade de sua época tão utópicas quanto essas de Herkenhoff hoje, e, no entanto, o que seria do nosso Direito Penal, se Beccaria, dentre outros, não tivesse gritado seu sonho de penas mais humanas, há mais de dois séculos atrás!

O livro é, em síntese, o testemunho de uma vasta experiência, não apenas jurídica como também existencial e moral do autor, na mais árdua tarefa que é a de operar o Direito vivo, com toda a responsabilidade envolvida nessa função, atento às repercussões negativas que da sua aplicação podem advir, já que, como bem lembra a parêmia latina *summum jus, summa injuria*.

O livro é, afinal, muito mais do que um manual ou livro-texto: é um passaporte para uma belíssima viagem reflexiva pelo mundo do Direito. Manual lembra enciclopédia, círculo fechado de conhecimentos, e esse livro é exatamente o oposto, é abertura.

Certamente a presente obra é contraindicada para aqueles que procuram respostas prontas, e recomendado para os que aceitam o desafio de serem questionados em suas “certezas” e instiga-

dos à dinâmica de repensar constantemente o Direito.

Todavia, devo advertir o leitor de que, tendo em vista a reduzida dimensão da obra, não se pode esperar que tão singela exposição sobre o Direito aprofunde, esclareça ou mesmo indique todos os pontos necessários para um completo estudo básico do Direito.

Apesar de o livro ser um bom roteiro indicativo para um curso de Direito direcionado a profissionais de outras áreas, não é um **resumo**, mesmo porque seria impossível compor um resumo do Direito em tão limitado número de páginas.

Deve-se ainda tomar o cuidado para não perder de vista que as posições do autor possuem teor eminentemente crítico, pecando a obra por não mencionar as posições contrárias às do autor, mesmo quando predominantes.

Crisnanda Pane Siscar
Fac. de Direito — UFMG

JOÃO BAPTISTA HERKENHOFF, *Justiça, direito do povo*, Rio de Janeiro: Thex, 2000, 128 p.

O livro, uma coletânea de artigos e conferências centrada na reflexão acerca de temas jusfilosóficos atuais, é autorizado pela ampla formação do Autor, por sua brilhante carreira docente como professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Espírito Santo e sua vasta experiência profissional como magistrado, e por ser o mestre um baluarte na defesa dos direitos fundamentais.

A questão fundamental que alinhava todos os capítulos da obra é a restauração do direito como expressão do justo, na busca da realização dos direitos fundamentais, evocando uma postura do jurista plasmada numa perspectiva de

⁷ HERKENHOFF, *op. cit.*, 268.

inter-relação do Direito com as demais Ciências Humanas e, em especial, com a Ética.

Isso porque, com o eclipse do Jusnaturalismo, houve uma demasiada preocupação epistemológica de decotar do universo da Ciência do Direito a esfera da moralidade. Triste esforço, já que distinguir não é separar, como já ressaltava o mais entusiasta dos normativistas, Hans Kelsen.

O fato é que por qualquer via o direito somente se justifica no plano transcendental. Não se pode admitir que esteja ele, ao espelho da concepção juspositivista, dentro dos domínios da lei posta, ou seja, no plano formal, relegando sua validade ao campo meramente técnico e não material, o que denuncia uma visão relativista dos valores.

Se o fundamento do direito lhe é transcendental, ele somente pode se justificar dentro de uma concepção de justiça que venha a se fundar nas idéias da igualdade e da liberdade, matrizes axiológicas do Ocidente.

Não que a obra proponha o total desapego à norma posta (embora seja o Autor adepto do Direito Alternativo, admitindo, pois, a princípio, julgamento *contra legem*, quando evidenciada injustiça no caso concreto), mas clama por uma interpretação axiológica, principalmente no tocante aos direitos fundamentais, atendendo, o operador do direito, mais aos valores gestados e consolidados na comunidade ética que a norma posta.

Há que se destacar que a obra enfatiza o resgate do valor, pondo o Direito a serviço do aprimoramento das relações e categorias básicas da vida social, tais como a família e o trabalho.

O Autor apresenta também as bases filosóficas para a crítica da crise do trabalho nos tempos de neoliberalismo, socorrendo-se à solidariedade entre os homens e os povos para a superação deste novo modelo produtivo.

Com galhardia, João Baptista Herkenhoff ainda trata de assuntos polêmicos no plano processual, tocando na ferida do Poder Judiciário — a formação dos magistrados —, criticando lapidarmente o duplo grau de jurisdição obrigatório, e explicitando o compromisso da Justiça do Trabalho com a classe trabalhadora na realização da justiça social.

Enfim, propugna pela eticidade no ofício do jurista, que tem a seu cargo o compromisso de efetivar o projeto político-jurídico ideal construído historicamente.

O temário da obra de Herkenhoff em tudo se insere nos marcos da Jusfilosofia contemporânea brasileira, pelo que constitui passo importante no caminho da conscientização ética do operador do direito, sendo, pois, leitura obrigatória para aqueles que pretendem se aventurar nos caminhos da justiça.

Daniela Muradas
Faculdade de Direito - UFMG